

A Igreja Católica no Poder Legislativo Provincial (1852-1866) (Robério Braga)



Instalada a Província do Amazonas em 1.º de janeiro de 1852, com posse do seu primeiro presidente em sessão solene da Câmara Municipal da Barra do Rio Negro, conforme determinação de nomeação de Sua Majestade o Imperador, era necessário instalar a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, a fim de compor a estrutura política da nova unidade do Império do Brasil, tal como funcionava nas demais províncias. Realizadas as eleições a Assembléia se reuniu em caráter extraordinário com o objetivo de receber os diplomas dos eleitos, dar-lhes posse e compor a Mesa Diretora, que seria a administração da casa parlamentar, como sucede ainda nos dias de agora.

Assim, nos primeiros anos da Província do Amazonas, contados a partir de janeiro de 1852, podemos assinalar como presidentes do poder Legislativo Provincial e ampliando o poder e a participação da Igreja católica no meio político-partidário, as presenças dos deputados Joaquim Gonçalves de Azevedo em 1852, do padre Torquato Antonio de Souza no ano de 1853 e que depois de breve interrupção retornou ao cargo nele permanecendo até 1857.

No ano de 1858 foi presidente do Poder Legislativo da Província, o deputado Marcos Antonio Rodrigues de Souza, mas na vice-presidência estava o padre Augusto de Mattos e no cargo de 1.º secretário, o padre Daniel Pedro Marques de Oliveira. Foi este o período em que maior influencia religiosa se pode notar no andamento dos trabalhos legislativos, embora se deva destacar o desempenho de outros políticos como os deputados Agostinho Rodrigues de Souza, Aristides Justo Mavignier e João Fleury de Silva. Figura proeminente continuava sendo o padre Romualdo Gonçalves de Azevedo.

No ano seguinte o presidente permaneceu no cargo, tendo na vice o deputado e padre Romualdo Gonçalves de Azevedo, mas pelo desempenho parlamentar merecem registro também os deputados Agostinho Rodrigues de Souza, Aureliano Antonio Delgado e Joaquim de Rego Barros.

No final do período deu-se a mudança de Gabinete, na Corte, para o barão de Uruguiana, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o que traía modificações de ordem partidária para as províncias.

Em 1860 o presidente do Legislativo amazonense foi o deputado e padre Romualdo Gonçalves de Azevedo, tendo na vice o deputado Francisco Mendes de Amorim, merecendo referência o desempenho dos deputados: padre Augusto de Mattos, Custódio Pires Garcia, padre Francisco Benedicto da Fonseca Coutinho, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, José Justiniano Braule Pinto, Nuno Álvares Pereira de Melo Cardoso que foi o primeiro capitão dos portos. Note-se que, neste exercício, dentre os vinte deputados provinciais cinco deles eram padres da Igreja católica com grande influencia nas

comunidades do interior, mas cuja eleição não decorria deste fato, senão da influencia direta junto aos escolhidos para eleitores, considerando que o voto não era prática comum a todos os cidadãos.

A presidência continuou entregue ao padre Romualdo Gonçalves de Azevedo, tendo na vice o deputado Francisco Mendes de Amorim, merecendo destaque os deputados José Justiniano Braule Pinto, Francisco Antonio Monteiro Tapajós, João da Cunha Corrêa Almeida e Lino Pereira Brazil.

Neste ano é feita nova modificação na legislação eleitoral, através do Decreto 1,082, de 18 de agosto de 1860, implantando a eleição por maioria relativa dos votos e eliminando a figura do suplente de deputado que, em qualquer hipótese de vacância, seria substituído de nova eleição, mandando reorganizar o sistema de distrito eleitoral.

No ano de 1865 assumiu a presidência o padre Augusto de Mattos. Pela atuação parlamentar merecem registro os deputados Agostinho Rodrigues de Souza, padre Bernardo de Souza Franco, padre Manuel Justiniano de Seixas, João Martins da Silva Coutinho e José Bernardo Michiles. Neste ano novamente pode-se notar a participação parlamentar de cinco padres entre os dezoito deputados que exerceram o mandato legislativo.

Em 1866 embora sem que a presidência do poder fosse exercida por um padre, os religiosos tiveram presença relevante, de grande influência pela atuação dos deputados e padres Antonio Ferreira da Silva e Manuel Justiniano de Seixas, ao lado dos deputados Antonio Honório Ferreira, Inocêncio Eustáquio Ferreira de Araújo, Luiz Martins da Silva Coutinho, todos sob a presidência de Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, que foi também diretor de obras públicas.

E quem eram figuras de rara influência?

Romualdo Gonçalves de Azevedo, nasceu em Tupi-Açu, em 16 de janeiro de 1823, sendo ordenado padre em 29 de setembro de 1848, ao tempo do bispado de dom José Afonso de Moraes Torres.. Em 15 de dezembro de 1862 foi vigário-geral do Amazonas, autorizado a usar as vestes de cônego.

Antonio Augusto de Mattos, nasceu em Belém em 1835, ao tempo do bispado de dom Romualdo de Souza Coelho, e faleceu na mesma cidade em 12 de maio de 1868. Foi deputado provincial no Amazonas em várias legislaturas, desde 1858/1859 – 1860/1861 – 1862/1863, sendo vice-presidente da Assembléia em 1858 e presidente em 1865.

Padre Torquato Antonio de Souza (padre Torquato), nasceu em Vigia. Ordenou-se em 1.º de junho de 1833, exercendo atividades no Xingu e em Vila Nova. Foi deputado provincial em várias legislaturas e é autor da lei que criou a primeira escola feminina em Vila Nova. Foi o primeiro vice-presidente da Assembléia e o segundo presidente do Poder, exercendo este importante cargo em várias ocasiões. Foi também o autor do projeto de lei que transferiu a sede

da povoação de Beatas para Manicoré em 1868 e da elevação de Vila Nova da Rainha de freguesia para Vila em 1852.

